



1-P-011/2019	MODALIDADE
P.A. 2249/2019	
FLS. 325	
	ASSINATURA

**Tomada de preço nº: 011.2019**

**Processo Administrativo nº: 2249/2019**

**Solicitante:** Comissão Permanente de Licitação.

**Assunto:** CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONJUNTO SANITÁRIO CONSTITUÍDO DE VASO SANITÁRIO, LAVATÓRIO, CHUVEIRO, TANQUE SÉPTICO, SUMIDOURO, RESERVATÓRIO ELEVADO DE 310 LITROS, CAIXA DE INSPEÇÃO DE CALÇADA, (PADRÃO FUNASA), REFERENTE A IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES- MDE, NO POVOADO AREIAS, MEDIANTE PREVENÇÃO E CONTROLE DE AGRAVOS, ATRAVÉS DE CONVENIO ENTRE A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE-FUNASA E O MUNICÍPIO DE PINDARÉ-MIRIM- MA.

### **PARACER Nº 052/ 2019 – CGM**

#### **1- INTRODUÇÃO**

Considerando a norma contida nos arts. 31 e 74 da Constituição Federal que confere atribuições e competências ao Sistema de Controle Interno, em especial, a atribuição de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional prevista no art.74, inciso IV, bem como previsto na Lei nº 8.258/2005, apresenta o Parecer Técnico da Unidade de Controle Interno sobre os PROCEDIMENTOS ADOΤADOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL CONCERNENTES A LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONJUNTO SANITÁRIO, NO POVOADO AREIAS, ATRAVÉS DE CONVENIO ENTRE A FUNDAÇÃO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE- FUNASA E O MUNICÍPIO DE PINDARÉ-MIRIM- MA.

#### **RELATÓRIO**

O procedimento licitatório, tem como finalidade, garantir a seleção da melhor proposta para a Administração, bom como permitir a participação isonômica dos interessados e deve fundamentar-se nos princípios que regem o Direito Administrativo, além daqueles específico das Licitações e Contratos, conforme o artigo 3º da Lei nº8.666/93, verbis: "*A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta*



Estado do Maranhão  
Prefeitura Municipal de Pindaré-Mirim  
Controladoria Geral do Município

C.P. MODALIDADE	031/2019
P.A.	249/2019
FLS.	226
ASSINATURA	

*mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da probidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos".*

A Lei nº 8.666 de 1993, prevê, em seu artigo 23, I, que a contratação para o objeto pretendido deverá ser precedida de licitação nas modalidades Convite, Tomada de Preços e Concorrência. Dada a autorização legal a Comissão Permanente de Licitação sugeriu a modalidade de Tomada de Preço, enquadrando essa modalidade no critério da anuidade orçamentária do planejamento das despesas públicas, considerando investimentos desta municipalidade em despesas desta natureza no exercício financeiro corrente.

Conforme documentos trazidos aos autos, o certame fora **REVOGADO** por motivos de readequação geral dos parâmetros o que está dentro dos ditames legais dado a possibilidade de o poder público rever seus atos e, caso necessário, revoga-lo, desde que respeite os princípios da legalidade e da boa-fé administrativa.

Consoante ao tema em questão, o artigo 49 da Lei 8.666/93, dispõe:

**Art. 49.** *A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.*

Conforme depreende-se dos documentos trazidos à baila, a revogação se deu de ofício por motivos supervenientes e fora devidamente justificada.

### CONCLUSÃO

Assim, esta Controladoria conclui que a **REVOGAÇÃO** do processo licitatório modalidade Tomada de Preço 011/2019, fora feita dentro dos ditames legais, inexistindo qualquer vício.

Este é o parecer, salvo melhor juízo.



Estado do Maranhão  
Prefeitura Municipal de Pindaré-Mirim  
Controladoria Geral do Município

9.P.01	MODALIDADE
P.A. 2249/2019	
FLS. 327	
	ASSINATURA

Pindaré-Mirim: 22 de novembro de 2019

*Maria Roselle Ferreira Sousa*  
**Maria Roselle Ferreira Sousa**

Assessora Jurídica